



2º SIMULADO ESPECIAL

CNU

BLOCO TEMÁTICO 8

Intermediário: Saúde

Pós-Edital

Simulado

2º Simulado Especial CNU (Bloco Temático 8)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **CNU**, cargo de **Bloco Temático 8 - Intermediário: Saúde**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h** às **13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/hVQYVQmVv5zsbeWe9>

| | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 61 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 62 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) | 63 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) | 64 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) | 65 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) | 66 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) | 67 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) | 68 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) | |
| 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) | |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/yX1K>

LÍNGUA PORTUGUESA*Fabrizio Dutra*

1. Ninguém discute nada seriamente na presença de 400 pessoas.

a) A frase afirma que discussões sérias são menos produtivas quando feitas diante de públicos medianos.

b) O enunciado sugere que a presença de um grande público pode tornar as discussões menos profundas ou mais superficiais.

c) De acordo com a frase, quanto maior o número de participantes ativos em uma discussão, menos rica será a troca de ideias.

d) A frase considera impossível qualquer tipo de discussão quando há um público numeroso.

e) A frase defende que a presença de 400 pessoas é necessária para garantir a legitimidade de um debate.

2. Assinale a alternativa que apresenta uma visão positiva da política.

a) A política não é uma ciência exata.

b) Errar é humano. Culpar outra pessoa é política.

c) A política é uma coisa muito séria para ser deixada nas mãos dos políticos.

d) Política é a arte de governar com o máximo de promessas e o mínimo de realizações.

e) Não se faz política sem vítimas.

3. Assinale a opção em que a preposição destacada (contraída ou não) não tenha sido exigência de algum elemento da oração.

a) A política depende mais ou menos dos políticos.

b) A política consiste em escolher entre o desagradável e o desastroso.

c) A política sempre foi o jogo da intriga.

d) Detesto política. Eu gosto de politicagem.

e) Quem acredita em políticos fica com o menor pedaço do bolo.

4. Certa vez, um político, que ficou milionário por meio de corrupção, disse:

“Não sou um político preso. Sou um preso político”.

Sobre essa construção, assinale a alternativa correta:

a) Em ambas as ocorrências, o termo “político” exerce a mesma função morfológica.

b) No primeiro enunciado, “político” qualifica o tipo de prisão; no segundo, qualifica a atividade profissional do sujeito.

c) A inversão entre “político preso” e “preso político” gera um contraste de sentidos, explorando a ambiguidade da palavra “político” conforme sua posição na estrutura frasal.

d) Na primeira construção, é acentuado o papel de injustiça pela qual o político diz ser vítima.

e) No segundo enunciado, “preso” exerce função de núcleo do sujeito da oração.

5. Assinale a alternativa em que o adjetivo destacado expresse relação.

a) A retórica vazia daquele candidato é idêntica à do adversário.

b) As promessas ilusórias são pontuais em todos os partidos.

c) O plano econômico proposto é tão arriscado quanto o anterior.

d) As medidas impopulares do prefeito foram tão desastrosas quanto as do mandato anterior.

e) As declarações arrogantes do ministro foram muito ofensivas.

6. Assinale a alternativa que apresenta a oração destacada que trabalhe com a ideia de oposição de maneira diferente das demais.

- a) O candidato prometeu transparência, **mas ocultou dados relevantes do orçamento.**
- b) O político mantém alta popularidade, **embora tenha um histórico de problemas com a justiça.**
- c) A reforma se fez necessária, **contudo era impopular.**
- d) A população foi às ruas protestar, **porém o governador manteve sua decisão.**
- e) Ele tem boa oratória, **entretanto evita debates.**

7. Assinale a opção em que tenha ocorrido um erro de pontuação.

- a) A política, quando justa é a arte de transformar o poder em bem comum.
- b) Sem política, a sociedade seria apenas a soma de interesses egoístas, e não um projeto coletivo.
- c) A política revela o quanto somos capazes de cuidar não apenas de nós, mas também do destino do outro.
- d) A verdadeira política é aquela que não se curva à vaidade do poder, mas se ergue pela dignidade do povo.
- e) Negar a política é renunciar ao diálogo, que nos torna humanos e livres.

8. Assinale a alternativa que apresente deslize quanto ao emprego de acento grave:

- a) O candidato respondeu à pergunta com firmeza, mas desviou-se da crítica principal.
- b) A proposta foi apresentada àquela comissão de ética antes da votação.
- c) O prefeito recorreu à assessoria jurídica para esclarecer a denúncia.
- d) Durante o discurso, ele aludiu à Constituição de 1988.
- e) A reforma política promove à melhoria do sistema representativo.

9. Todas as frases a seguir mostram repetições de mesmas palavras, sendo esse um processo de coesão. Assinale a opção que apresenta a estratégia que não está corretamente indicada em relação a esse processo:

- a) *A política é política quando serve ao bem comum, e não aos interesses privados.* / repetição por ênfase semântica.
- b) *Prometeu, prometeu, prometeu... e não cumpriu nada.* / repetição por expressividade.
- c) *O problema do governo não é o governo, mas a ausência de diálogo.* / repetição por jogo de sentidos.
- d) *Quem mente, mente para todos — e também para si mesmo.* / repetição por adversidade.
- e) *Justiça é justiça quando não se curva ao poder, seja ele qual for.* / repetição por reafirmação definidora.

10. Assinale a alternativa que tenha sido empregado o método indutivo de raciocínio.

- a) Diversas comunidades que investiram em conselhos participativos conseguiram melhorar a gestão local; por isso, a política bem conduzida é capaz de transformar realidades.
- b) A política é a base da convivência civilizada e deve, por isso, ser respeitada como pilar da sociedade.
- c) Mesmo com falhas, a política é o único meio legítimo de organizar a vida pública.
- d) Mesmo com falhas, a política é o único meio legítimo de organizar a vida pública.
- e) A política deve ser valorizada porque é por meio dela que se definem leis e normas que regem a vida em comum.

REALIDADE BRASILEIRA

Géssica Ehle

11. Quanto ao direito à inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença, e à função da religião nas prisões, leia o trecho a seguir:



Religiões de matriz africana são disseminadas dentro de presídios femininos — Foto: Reprodução/TV Globo

O Profissão Repórter desta terça-feira (15/04/2025) visitou penitenciárias de três estados do Brasil para saber qual é o poder da religião e a força da fé dentro das cadeias. No Rio de Janeiro, a equipe acompanhou a umbandista Mãe Flávia em uma visita às penitenciárias femininas de Seropédica. Representantes de religiões africanas estão cadastrados para ir em todos os presídios federais, mas só cinco estados disseram que têm cadeias visitadas por estes religiosos. A assistência religiosa nas cadeias é garantida por lei e deve ser oferecida a todas as religiões, respeitando a laicidade do Estado. Uma resolução nacional veda qualquer forma de proselitismo — quando se tenta impor uma religião aos outros — e exige que as penitenciárias mantenham espaços inter-religiosos. No entanto, representantes de religiões afro-brasileiras relatam dificuldades para exercer sua fé em igualdade.

Fonte: g1.com

A Resolução CNPCP nº 34 defende o livre exercício de cultos religiosos e a prestação de assistência religiosa nos espaços de privação de liberdade. No que se refere ao direito à inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença, e à narrativa exposta pelo trecho da reportagem acima, é correto afirmar que:

- a) O Estado é laico, mas defende que haja proselitismo religioso em determinados estabelecimentos prisionais.
- b) Embora o Estado promova a diversidade religiosa, não há norma federal que garanta a assistência religiosa aos praticantes de religiões de matrizes africanas submetidos à pena privativa de liberdade.
- c) A Constituição Federal de 1988 assegura a liberdade de consciência e de crença, definindo que será direito daqueles que estiverem internados em hospitais ou em outras instituições de internação coletiva, ou submetidos a pena privativa de liberdade, receberem assistência de um padre.
- d) De acordo com o exposto pelo trecho da reportagem, o Estado brasileiro contém normas que asseguram a liberdade de consciência e de crença, contudo, persistem alguns desafios para a promoção da equidade no gozo de tal direito, especialmente pelos praticantes de religiões afro-brasileiras.
- e) A questão retrata um avanço normativo quanto à diversidade religiosa, demonstrando que o Brasil já atingiu o cenário ideal na promoção do direito à inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença, especialmente para aqueles que buscam assistência sócioespiritual estando privados de sua liberdade.

12. A capoeira é reconhecida como esporte de criação nacional, nos termos do art. 217 da Constituição Federal. Ademais, a atividade de capoeirista será reconhecida em todas as modalidades em que a capoeira se manifesta, seja como esporte, luta, dança ou música, sendo livre o seu exercício em todo o território nacional. Tais afirmações são encontradas junto ao Estatuto da Igualdade Racial, Lei n. 12.288/2010.

Diante do respeito à prática da capoeira, tem-se que a mesma:

- a) é considerada de ensino facultativo em escolas fora de áreas ocupadas por povos originários e tribais e de presença obrigatória nas redes escolares existentes dentro do espaço de terras tradicionalmente ocupadas.
- b) será de ensino obrigatório em toda a rede regular de ensino público, durante toda a educação básica.
- c) o poder público buscará garantir, por meio dos atos normativos necessários, a preservação dos elementos formadores tradicionais da capoeira nas suas relações internacionais, devendo ser ensinada em todas as instituições públicas e privadas.
- d) é facultado o ensino da capoeira, nas instituições públicas e privadas, por capoeiristas e mestres tradicionais, pública e formalmente reconhecidos.
- e) o ensino da capoeira poderá ser ministrado por profissionais que se digam aptos, como professores de Educação Física, sendo a matrícula facultativa em todas as instituições públicas e privadas.

13. Atualmente, encontra-se em tramitação o PL 1.819/2024 que visa a acrescentar dispositivo ao Estatuto da Pessoa Idosa para prever a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas em concursos públicos a pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. Dentre outros requisitos, o Projeto estabelece que a reserva deverá ser aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no concurso público for igual ou superior a 20 (vinte). Junto à justificativa, o Deputado Ossésio Silva aduz que, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2018, cerca de 30% da população economicamente ativa encontrava-se na idade entre 45 e 65 anos. São dados aproximados, mas que revelam um envelhecimento gradativo da população e acende um alerta para a necessidade de preservar os empregos dos trabalhadores idosos com dificuldades de acesso ao trabalho em razão da idade.

Quanto à finalidade precípua pela qual se deva aprovar normas que apresentem reserva de vagas (cotas), é incorreto afirmar que:

- a) a reserva de vagas é medida especial que visa promover a inclusão de grupos que, historicamente, foram marginalizados e desfavorecidos.
- b) uma Lei de Cotas busca ser medida eficaz no combate à discriminação, ao preconceito e na promoção da igualdade de oportunidades.
- c) a reserva de vagas em concursos públicos visa, dentre outros objetivos, a fazer com que o Estado reflita sua diversidade e a norma cumpre funções reparatórias, representativas e democráticas.
- d) em regra, toda ação afirmativa visa a promover a igualdade e combater a desigualdade, atuando como símbolo de justiça e compromisso com aqueles que mais precisam.
- e) uma Lei de Cotas deverá apresentar mecanismos legais para garantir acesso ao trabalho público, colocando em posição de superioridade grupos historicamente desfavorecidos, o que justificaria a aprovação do referido Projeto.

REALIDADE BRASILEIRA*Leandro Signori*

14. As deficiências históricas em infraestrutura de transporte, energia e saneamento nas regiões Norte e Nordeste têm impacto direto na atração de investimentos, no custo logístico e na integração produtiva nacional. Em contraste, o Centro-Sul concentra os principais corredores logísticos e polos industriais, ampliando seu poder de comando sobre o território.

Sobre esse processo, é correto afirmar:

- a) A interiorização da produção agroexportadora tem promovido a redução das desigualdades regionais por meio da desconcentração logística.
- b) O investimento em infraestrutura nas regiões periféricas do Brasil tem sido constante e proporcional às suas necessidades históricas.
- c) O modelo de desenvolvimento logístico brasileiro reforça desigualdades regionais, pois prioriza corredores de exportação em detrimento da integração regional.
- d) A integração rodoviária e ferroviária no Norte do Brasil é superior à do Sul e Sudeste, devido aos investimentos do PAC nos anos 2000.
- e) A localização de grandes obras de infraestrutura é definida tecnicamente, sem influência de disputas políticas ou interesses geoeconômicos.

15. A principal crítica ao uso exclusivo do PIB como indicador de desenvolvimento é:

- a) Sua complexidade estatística.
- b) A dificuldade de comparar entre países.
- c) A falta de relação com os indicadores de felicidade.
- d) A ausência de dados sobre produção informal.
- e) Sua incapacidade de refletir desigualdades sociais e ambientais.

16. A respeito da relação entre crescimento econômico e desenvolvimento, avalie as proposições:

- I. Crescimento econômico implica, necessariamente, melhoria nas condições sociais da população.
- II. O conceito de desenvolvimento econômico abrange não apenas o aumento da produção, mas também aspectos distributivos, institucionais e sociais.
- III. É possível haver crescimento econômico com aumento da desigualdade social e concentração de renda.
- IV. O crescimento econômico, por si só, é suficiente para reverter legados históricos de exclusão.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas I, II e III estão corretas.
- b) Apenas II e III estão corretas.
- c) Apenas II está correta.
- d) Apenas I e IV estão corretas.
- e) Todas estão corretas.

17. Com a emergência climática se intensificando, cresce a expectativa internacional sobre o papel do Brasil na governança ambiental global. Detentor da maior parte da Floresta Amazônica e com destaque na produção de energia renovável, o país participa ativamente de fóruns multilaterais, mas enfrenta desafios internos de coerência entre discurso e prática.

Com base nesse cenário, assinale a alternativa correta:

- a) O Brasil, por ser considerado uma potência ambiental, está dispensado de apresentar metas climáticas nos acordos internacionais.
- b) O protagonismo climático do Brasil se consolida quando há coerência entre os compromissos internacionais assumidos e a política ambiental interna.
- c) O Brasil possui autonomia para desconsiderar tratados climáticos multilaterais, já que não é signatário do Acordo de Paris.
- d) A Amazônia brasileira é uma zona internacionalizada sob tutela da ONU para garantir a preservação ambiental.
- e) A liderança do Brasil na COP se dá exclusivamente pelo fato de ter a maior matriz energética baseada em fontes fósseis da América do Sul.

18. A mobilidade urbana é um dos maiores desafios das grandes cidades brasileiras. O deslocamento diário de trabalhadores e estudantes entre cidades vizinhas e centros metropolitanos, conhecido como migração pendular, afeta diretamente a qualidade de vida da população.

Nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) A migração pendular intensifica-se apenas nas capitais, não sendo observada em cidades médias ou pequenas.
- b) O movimento pendular resulta em aumento da poluição atmosférica e sonora, mas pouco influencia os custos logísticos das empresas urbanas.

c) As populações com maior poder aquisitivo são as mais afetadas pela migração pendular, dada sua maior dependência do transporte público.

d) A concentração de empregos e de serviços nas cidades centrais contribui para o aumento dos deslocamentos intermunicipais diários.

e) O movimento pendular diminuiu nas últimas décadas, em virtude da descentralização industrial e da interiorização dos serviços de saúde e educação.

19. A desigualdade de renda no Brasil é grave, mas a desigualdade de riqueza é ainda mais profunda e resistente à mudança. A acumulação histórica de ativos por uma elite restrita — via heranças, propriedade da terra, renda do capital e privilégios fiscais — cria um sistema que concentra poder político e econômico. A ausência de um sistema tributário progressivo e a leniência com o topo da pirâmide reforçam a rigidez dessa estrutura.

Com base nesse diagnóstico, é correto afirmar:

- a) A concentração de riqueza perpetua desigualdades intergeracionais e enfraquece a democracia.
- b) O combate à pobreza é suficiente para garantir igualdade de oportunidades.
- c) A desigualdade patrimonial é transitória e se resolve com crescimento econômico.
- d) O Brasil possui uma das estruturas fiscais mais progressivas do mundo.
- e) O acesso ao crédito e ao consumo garante plena mobilidade social.

20. Embora o Brasil possua uma matriz energética majoritariamente renovável, é também um dos maiores emissores globais de gases de efeito estufa, sobretudo por mudanças no uso da terra, como o desmatamento e a expansão da agropecuária. Esse paradoxo ambiental coloca desafios à ambição brasileira de alcançar a neutralidade de carbono até 2050.

Diante disso, assinale a alternativa correta:

- a) A agropecuária de baixo carbono foi abandonada no Brasil por ser considerada tecnicamente inviável e de alto custo.
- b) A conversão de vegetação nativa para pastagens e monoculturas tem impacto neutro, pois é compensada pela energia limpa produzida no país.
- c) A matriz energética brasileira garante a neutralidade climática independentemente da atuação nos setores de agricultura e uso da terra.
- d) A descarbonização da economia brasileira depende não só da matriz energética, mas também da contenção do desmatamento e da mudança de práticas agropecuárias.
- e) A meta de zerar emissões líquidas até 2050 é juridicamente vinculante e exige do Brasil o fim imediato de todo tipo de exploração agrícola.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

21. No município de Boa Esperança, o secretário de Obras, Rafael, decidiu contratar diretamente uma empresa de pavimentação para reparar ruas da cidade, sem realizar o devido processo licitatório, argumentando que a urgência da obra justificaria o ato, embora não houvesse previsão legal de dispensa nesse caso.

Com base no princípio da legalidade, assinale a opção correta.

- a) O princípio da legalidade impõe ao administrador público agir conforme a lei e também contra ela, desde que o ato seja realizado para atender ao interesse público.

b) A legalidade administrativa exige que o gestor público atue exclusivamente conforme as determinações da lei, não podendo criar obrigações ou contratos sem previsão legal.

c) O princípio da legalidade confere liberdade ilimitada à Administração para agir em prol do interesse coletivo, mesmo sem respaldo jurídico específico.

d) A legalidade só se aplica a atos do Poder Legislativo, pois o Executivo tem autonomia plena para tomar decisões urgentes.

e) O princípio da legalidade limita apenas os particulares, não possuindo efeitos diretos sobre os agentes públicos.

22. João, prefeito da cidade de Pedra Azul, decidiu criar uma autarquia para gerenciar o transporte público local. Para isso, enviou à Câmara Municipal um projeto de lei com o objetivo de criar uma pessoa jurídica de direito público, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira, destinada a prestar serviços de interesse coletivo.

Com base na organização da Administração Pública, assinale a opção correta.

a) A criação de autarquias pode ser feita por decreto do Chefe do Executivo, desde que haja previsão orçamentária e autorização administrativa, sem necessidade de lei.

b) A autarquia, por ser vinculada ao município que a instituiu, faz parte da Administração Direta e não da Administração Indireta.

c) A criação de autarquias depende da edição de lei específica, pois se trata de entidade com personalidade jurídica própria que integra a Administração Indireta.

d) Autarquias são pessoas jurídicas de direito privado, o que lhes confere maior flexibilidade, isentando-as de normas como licitação e concurso público.

e) Empresas públicas e sociedades de economia mista são espécies de autarquias, já que ambas prestam serviços de interesse público.

23. A servidora Maria, chefe do setor de obras, aplicou ao subordinado Pedro advertência por descumprimento injustificado. Em outra situação, um fiscal da prefeitura interditou um estabelecimento comercial irregular, mesmo diante da resistência do proprietário.

Considerando os poderes da Administração Pública, assinale a opção correta.

- a) Maria exerceu poder de polícia, ao emitir ordens e aplicar sanção disciplinar ao subordinado, pois ambas as situações envolvem poder coercitivo.
- b) A advertência aplicada por Maria é manifestação do poder disciplinar, que decorre diretamente do poder hierárquico e visa garantir a disciplina interna entre os servidores.
- c) A interdição realizada pelo fiscal configura exercício do poder regulamentar, pois consiste em criar normas e impor restrições gerais para disciplinar atividades privadas.
- d) O poder hierárquico confere à Administração, além de gerir seus servidores, a prerrogativa de restringir direitos e atividades dos particulares diretamente.
- e) O poder disciplinar e o poder de polícia possuem natureza idêntica, uma vez que ambos buscam a manutenção da ordem e o cumprimento das normas.

24. Com base nos atributos e espécies dos atos administrativos, assinale a opção correta.

- a) A execução imediata do ato, mesmo sem autorização judicial, demonstra o atributo da autoexecutoriedade, que confere eficácia direta às medidas da Administração.
- b) A presunção de veracidade dos atos administrativos significa que eles jamais poderão ser contestados judicialmente, mesmo em caso de ilegalidade evidente.
- c) A imperatividade exige autorização prévia do Poder Judiciário para que o ato administrativo produza efeitos coercitivos.

d) A portaria, por ser um ato normativo interno, não possui força obrigatória perante terceiros ou administrados.

e) A tipicidade confere ampla liberdade de forma à Administração, que pode escolher qualquer tipo de ato para atingir seus objetivos, sem depender de previsão legal.

25. O Tribunal de Contas do Estado de Aurora realizou auditoria financeira e operacional na Secretaria de Saúde, enquanto a própria secretaria instaurou sindicância para apurar irregularidades em contratos de fornecedores.

Considerando as formas de controle da Administração Pública, assinale a opção correta.

- a) O Tribunal de Contas exerce controle interno, por integrar a estrutura do Poder Executivo, fiscalizando diretamente seus próprios atos.
- b) A sindicância instaurada pela secretaria é exemplo de controle externo, por se tratar de revisão de legalidade realizada por órgão da própria Administração.
- c) A auditoria do Tribunal de Contas é forma de controle externo, enquanto a sindicância é uma manifestação do controle interno da Administração.
- d) Ambos os controles são políticos, já que envolvem recursos públicos e estão vinculados à função de fiscalização do Legislativo.
- e) O controle interno é atribuição exclusiva dos órgãos de advocacia pública, como a Advocacia-Geral da União.

26. Durante uma feira cultural organizada pela prefeitura de Laranjeiras, uma estrutura metálica do palco cedeu, ferindo gravemente alguns visitantes. A perícia técnica concluiu que a estrutura estava mal instalada pela empresa contratada, e que não houve fiscalização adequada do município antes do evento.

Sobre a responsabilidade civil do Estado nessa situação, assinale a opção correta.

- a) A responsabilidade do município é subjetiva, sendo necessária prova da culpa do agente público que falhou na fiscalização.
- b) Este é um caso de risco integral, no qual o município deve indenizar independentemente de prova do nexo causal.
- c) A culpa exclusiva das vítimas afastaria automaticamente a responsabilidade do município, sem necessidade de análise técnica.
- d) A responsabilidade é objetiva, bastando a comprovação do dano e do nexo causal entre a omissão fiscalizatória do município e o acidente.
- e) A indenização só seria possível se houvesse contrato formal entre os visitantes e a prefeitura.

27. De acordo com a Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) A competência administrativa é irrenunciável, mas admite-se delegação ou avocação nos casos previstos em lei.
- b) É permitido que os atos do processo administrativo sejam realizados em qualquer dia e horário, desde que não causem prejuízo ao interessado.
- c) A Administração deve motivar seus atos quando estes negarem, limitarem ou afetarem direitos, bem como nos casos de anulação, revogação ou convalidação.
- d) Nos processos administrativos, as provas obtidas por meios ilícitos são inadmissíveis.
- e) A decisão administrativa deve ser proferida no prazo de 30 dias após a conclusão da instrução, podendo ser prorrogada por igual período, mediante justificativa expressa.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

28. Os princípios constitucionais são fundamentais para a interpretação e aplicação do ordenamento jurídico. Considerando a importância e a aplicação desses princípios na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da legalidade, previsto na Constituição, significa que os atos da Administração Pública devem estar em conformidade com a lei, mas admite a atuação contrária à lei em situações excepcionais.
- b) O princípio da isonomia permite que a lei estabeleça tratamentos desiguais entre as pessoas, desde que haja justificativa plausível e não discriminatória.
- c) O princípio da separação dos poderes impede qualquer forma de cooperação entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, garantindo que atuem de forma totalmente independente e isolada.
- d) O princípio da dignidade da pessoa humana, consagrado na Constituição, serve como fundamento para a criação de direitos e deveres, mas sua aplicação prática é limitada apenas às questões de direito privado.
- e) O princípio da publicidade exige que todos os atos administrativos sejam publicados na íntegra em meios de comunicação, independentemente de seu conteúdo ou natureza.

29. João, brasileiro nato, mora na Espanha há 15 anos. Tendo constituído família na Espanha, não pretende retornar ao Brasil, razão pela qual, por sua livre e espontânea vontade, adquiriu a nacionalidade espanhola. José, brasileiro naturalizado, atentou com o Estado Democrático e a ordem constitucional, motivo pelo qual o Ministério Público Federal requereu o cancelamento de sua naturalização.

Acerca dos casos narrados, conforme o disposto no texto da Constituição Federal, aponte a única alternativa correta.

- a) João perdeu a nacionalidade brasileira, porque fez opção pela nacionalidade espanhola.
- b) José, pelo motivo narrado, não pode sofrer o cancelamento de sua naturalização, uma vez que o Estado não pode punir o nacional com a perda de nacionalidade.
- c) No caso de João, a declaração de perda de nacionalidade somente poderá ocorrer se ele fizer pedido expresso à autoridade brasileira competente.
- d) O cancelamento da naturalização de José poderá ser feito, em decorrência de ter praticado ato atentatório ao Estado Democrático e à ordem constitucional, por decreto do Presidente da República.
- e) A Constituição Federal não admite hipóteses de declaração de perda da nacionalidade, ainda que haja pedido expresso.

30. Ana e Maria são casadas com Prefeitos de dois municípios do Estado Alfa. Ana não possui mandato eletivo e seu esposo já está no segundo mandato consecutivo. Ana pretende concorrer a vereadora no município em que seu cônjuge é o Chefe do Executivo. Maria se divorciou de José no terceiro ano de seu mandato como Prefeito. Nas próximas eleições, Maria pretende concorrer a Prefeita do mesmo município em que José exerce seu mandato. Com base na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- a) Ana e Maria não estão inelegíveis para concorrer aos referidos cargos eletivos.
- b) Apenas Maria está inelegível para concorrer ao referido cargo eletivo.
- c) Apenas Ana está inelegível para concorrer ao referido cargo eletivo.
- d) Ana e Maria estão inelegíveis para concorrer aos referidos cargos eletivos.
- e) A inelegibilidade de Ana, para concorrer ao referido cargo, só seria afastada se o casamento tivesse terminado no primeiro ano do mandato.

NOÇÕES DE DIREITO DO CONSUMIDOR

Paulo Sousa

31. João adquiriu uma bicicleta elétrica por meio de uma plataforma de vendas online. O produto foi entregue com defeito no sistema de bateria, impossibilitando seu uso. Ao procurar o vendedor na plataforma, foi informado de que o site apenas intermedia a negociação entre usuários e que, portanto, não teria responsabilidade sobre o problema. Sentindo-se lesado, João pretende recorrer ao Código de Defesa do Consumidor para responsabilizar todos os envolvidos.

Com base no caso apresentado e no Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa correta:

- a) João não pode ser considerado consumidor, pois adquiriu o bem por meio de outro consumidor, sem relação direta com um fornecedor.
- b) A bicicleta elétrica não é considerada produto pelo CDC, por ser um bem de uso pessoal e não essencial.
- c) A plataforma digital de intermediação pode ser considerada fornecedora, e a bicicleta elétrica é produto nos termos do CDC, razão pela qual João está amparado pelas normas consumeristas.
- d) A relação entre João e a plataforma de vendas não configura relação de consumo, uma vez que não há contrato formal entre as partes.
- e) Como o defeito foi detectado após a entrega, não há obrigação legal da plataforma ou do vendedor em reparar ou substituir o produto.

MATEMÁTICA*Eduardo Mocellin*

32. Na fazenda de Jacinto foram plantadas 98 mudas de pitaya, o triplo de mudas de amora e mudas de mirtilo. Caso fossem plantadas mais 23 mudas de amora, o total de mudas plantadas corresponderia ao sêxtuplo do número de mudas de pitaya plantadas. A quantidade de mudas de mirtilo plantadas foi:

- a) 392
- b) 294
- c) 271
- d) 173
- e) 162

33. Em uma empresa com 840 trabalhadores, a razão entre homens e mulheres é $7/5$. A empresa dispensará 40 homens e contratará mulheres, de modo que a razão entre homens e mulheres passe a ser $2/3$. Após as demissões e as contratações, o número total de trabalhadores da empresa aumentará em

- a) 250
- b) 285
- c) 325
- d) 350
- e) 390

34. Seja N o menor número inteiro, maior do que 3, que, dividido por 4, por 5, por 9 ou por 20, deixa sempre resto 3.

A soma dos algarismos de N é

- a) 8.
- b) 9.
- c) 10.
- d) 11.
- e) 12.

35. Durante uma expedição, um explorador navegou por 20 minutos a uma velocidade constante de 15 km/h e, em seguida, caminhou por 40 minutos a uma velocidade constante de 6 km/h.

A velocidade média do explorador em todo o trajeto foi de:

- a) 10,5 km/h
- b) 9 km/h
- c) 8 km/h
- d) 7,5 km/h
- e) 7 km/h

36. Um operário iniciou a pintura de um muro às 9h15min. Às 10h45min, havia finalizado 25% da área total. Mantendo o mesmo ritmo de trabalho e sem pausas, o término da pintura ocorrerá às:

- a) 14h30min
- b) 14h45min
- c) 15h
- d) 15h15min
- e) 15h30min

37. Ao jogar-se quatro dados tradicionais numerados de 1 a 6, a probabilidade de obtermos quatro números iguais é:

- a) $\frac{1}{6}$
- b) $\frac{2}{3}$
- c) $\frac{1}{6^2}$
- d) $\frac{1}{6^3}$
- e) $\frac{1}{6^4}$

38. No exercício do seu trabalho, um entregador de aplicativo verificou que a distância entre duas casas é de 1.100 jardas. Sabe-se que 1 jarda é equivalente a 3 pés, que 1 pé equivale a 12 polegadas e que uma polegada é equivalente a 2,54 cm.

Em metros, a distância entre as casas é, aproximadamente:

- a) 990m
- b) 1.006m
- c) 1.028m
- d) 1.047m
- e) 1.075m

39. Para pintar o prédio em que está localizado o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), são necessários 9 pintores trabalhando 7 horas por dia durante 40 dias. O total de dias necessários para se pintar o prédio, dispondo-se de 12 pintores trabalhando 5 horas por dia, é:

- a) 35
- b) 54
- c) 42
- d) 36
- e) 30

40. O preço de venda de um carro foi reajustado em 25%. Para honrar uma negociação, a concessionária precisa vendê-lo a um cliente pelo preço anterior ao do reajuste. Para que o desconto, em porcentagem, seja discriminado na nota fiscal, a concessionária deverá, sobre o novo preço do carro, conceder um desconto de

- a) 18%
- b) 20%
- c) 22%
- d) 24%
- e) 26%

41. Um capital de R\$ 2.400,00 rendeu R\$ 130,00 de juros. Sabendo-se que a taxa de juros simples contratada foi de 2,5% ao ano, o período de aplicação, em meses, foi de:

- a) 22
- b) 24
- c) 26
- d) 28
- e) 30

42. Três jardineiros encontraram um canteiro com flores raras em um jardim abandonado. Como já estava escurecendo, decidiram voltar no dia seguinte para dividir as flores igualmente entre si.

Cada jardineiro era honesto, mas desconfiava dos outros dois. Durante a noite, cada um voltou ao jardim em momentos diferentes, sem se verem, colheu $\frac{1}{3}$ das flores que encontrou no canteiro e levou para casa.

Após as três visitas noturnas, uma fração das flores originais permaneceu no canteiro.

A fração de flores que ficou no canteiro foi:

- a) $\frac{1}{3}$
- b) $\frac{1}{4}$
- c) $\frac{2}{9}$
- d) $\frac{4}{9}$
- e) $\frac{8}{27}$

43. A potência gerada por uma turbina eólica é diretamente proporcional à área das pás e ao quadrado da velocidade do vento.

Quando um vento de 25 km/h atinge pás com área total de 1m^2 , a turbina gera 10 kW de potência.

A velocidade do vento necessária para gerar 40 kW em uma turbina com pás de 16m^2 será:

- a) 6,25 km/h
- b) 8,0 km/h
- c) 12,5 km/h
- d) 16,5 km/h
- e) 20,0 km/h

44. Em um parque de diversões, o número de brinquedos visitados por 10 crianças durante um dia corresponde ao seguinte conjunto ordenado de valores:

$4,5,5,9, a, 14,16,18, b, 21$

Sabendo-se que a média e a mediana do número de brinquedos visitados por essas 10 crianças foram, ambas, iguais a 12, o valor de $a + b$ é:

- a) 28
- b) 29
- c) 30
- d) 31
- e) 32

SAÚDE

Lígia Carvalheiro Fernandes

45. A Lei nº 8.080/90 regulamenta a seção saúde da Constituição Federal de 1988 e apresenta os princípios do Sistema Único de Saúde ao longo do artigo sétimo. Assinale a alternativa que apresenta um desses princípios incorretamente:

- a) universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência.
- b) preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral.
- c) capacidade de resolução dos serviços em todos os níveis de assistência.
- d) atenção humanizada aos vulneráveis.
- e) participação da comunidade.

46. A Política Nacional de Promoção da Saúde traz em sua base o conceito ampliado de saúde e o referencial teórico da promoção da saúde como um conjunto de estratégias e formas de produzir saúde, no âmbito individual e coletivo, caracterizando-se pela articulação e cooperação intra e intersetorial, pela formação da Rede de Atenção à Saúde (RAS), buscando articular suas ações com as demais redes de proteção social, com ampla participação e controle social. A PNPS adota como princípios, exceto o (a):

- a) igualdade.
- b) participação social.
- c) autonomia.
- d) empoderamento.
- e) intersetorialidade.

47. Em uma equipe na qual cada profissional de saúde trabalha de forma autônoma, focando em sua própria área de especialidade, mas todos atendem o mesmo paciente, o conhecimento é somado, mas não há um compartilhamento ou integração profunda entre eles. Qual é o nome dado a esse modelo de equipe?

- a) Equipe Multidisciplinar.
- b) Equipe Interdisciplinar.
- c) Equipe Transdisciplinar.
- d) Equipe Unidisciplinar.
- e) Equipe Hierárquica.

48. A pesquisa de estudo de coorte é um dos delineamentos mais importantes da epidemiologia, especialmente para entender as causas das doenças. São suas características, exceto:

- a) São estudos intervencionistas e transversais.
- b) O ponto de partida é a exposição.
- c) Avalia a incidência da doença.
- d) Relação temporal causa-efeito.
- e) Estudo retrospectivo que utiliza dados já existentes para acompanhar um coorte do passado até o presente.

49. Acidente de trabalho é um evento que acontece no exercício das suas atividades profissionais, provocando lesão corporal, perturbação funcional, ou uma doença que leve à morte, perda, ou redução (permanente ou temporária) da sua capacidade para o trabalho. A legislação brasileira, principalmente a Lei nº 8.213/91, detalha o conceito e classifica o acidente em três tipos principais: típico, trajeto e doenças relacionadas ao trabalho. Sobre o acidente de trajeto:

- a) Ocorre no percurso entre a sua residência e o local de trabalho, mas não o inverso, independentemente do meio de transporte utilizado.

b) Ocorre no percurso entre a sua residência e o local de trabalho, e vice-versa, independentemente do meio de transporte utilizado.

c) Ocorre no percurso entre a sua residência e o local de trabalho, e vice-versa, desde que o transporte seja público.

d) Ocorre no percurso entre as unidades diferentes da empresa, independentemente do meio de transporte utilizado.

e) Ocorre no percurso entre o local de trabalho e residência, desde que o meio de transporte seja exatamente o mesmo cadastrado na empresa.

50. A Norma Regulamentadora (NR) 32 tem por finalidade estabelecer as diretrizes básicas para a implementação de medidas de proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde, bem como daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral. Sobre esta NR, assinale a alternativa correta:

a) Todo local onde exista possibilidade de exposição ao agente biológico deve ter lavatório compartilhado para higiene das mãos e outras finalidades, provido de água corrente, sabonete líquido, toalha descartável e lixeira provida de sistema de abertura sem contato manual.

b) Os quartos ou enfermarias destinados ao isolamento de pacientes portadores de doenças infecto-contagiosas devem conter lavatório em seu exterior.

c) O uso de luvas não substitui o processo de lavagem das mãos

d) Os trabalhadores com feridas ou lesões nos membros superiores devem iniciar suas atividades antes da avaliação médica obrigatória com emissão de documento de liberação para o trabalho.

e) A higienização das vestimentas utilizadas nas unidades de internação deve ser de responsabilidade do empregador.

51. A incorporação, a exclusão ou a alteração pelo SUS de novos medicamentos, produtos e procedimentos, bem como a constituição ou a alteração de protocolo clínico ou de diretriz terapêutica, são atribuições do Ministério da Saúde, assessorado pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS. Tal processo será efetuado mediante a instauração de processo administrativo, a ser concluído em prazo não superior a _____, contado da data em que foi protocolado o pedido, admitida a sua prorrogação por _____ corridos, quando as circunstâncias exigirem.

- a) 90 dias / 30 dias
- b) 180 dias / 50 dias
- c) 180 dias / 90 dias
- d) 150 dias / 90 dias
- e) 90 dias / 15 dias

SAÚDE

Breno Caldas

52. A Política Nacional de Humanização (PNH) fundamenta-se em orientações clínicas, éticas e políticas, que se materializam por meio de distintos arranjos de trabalho. Nesse contexto, a PNH é guiada por diversas diretrizes. Assinale a alternativa que corresponde a uma dessas diretrizes:

- a) Indissociabilidade entre atenção e gestão
- b) Protagonismo, corresponsabilidade e autonomia dos sujeitos e coletivos
- c) Transversalidade
- d) Gestão Participativa e cogestão
- e) Colegiado Gestor

53. A Lei nº 8.080/1990 estabelece a criação de Comissões Intersectoriais vinculadas ao Conselho Nacional de Saúde, com a finalidade de:

- a) Administrar dos recursos orçamentários e financeiros destinados, em cada ano, à saúde

b) Articular políticas e programas de interesse para a saúde, cuja execução envolva áreas não compreendidas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

c) Elaborar de normas técnicas e estabelecimento de padrões de qualidade para promoção da saúde do trabalhador

d) Participar na formulação e na execução da política de formação e desenvolvimento de recursos humanos para a saúde

e) Elaborar de normas para regular as atividades de serviços privados de saúde, tendo em vista a sua relevância pública

54. Com base na Lei nº 8.080/1990, em relação aos serviços privados de assistência à saúde, assinale a alternativa correta:

a) Quando as suas disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área, o Sistema Único de Saúde (SUS) deverá recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada.

b) A participação complementar dos serviços privados será formalizada mediante contrato ou convênio, observadas, a respeito, as normas de direito privado.

c) Os critérios e valores para a remuneração de serviços e os parâmetros de cobertura assistencial serão estabelecidos pelo Conselho Nacional de Saúde, aprovados pela direção nacional do Sistema Único de Saúde (SUS).

d) Na fixação dos critérios, valores, formas de reajuste e de pagamento da remuneração aludida neste artigo, o Conselho Nacional de Saúde deverá fundamentar seu ato em demonstrativo econômico-financeiro que garanta a efetiva qualidade de execução dos serviços contratados.

e) É permitida a participação direta ou indireta, inclusive controle, de empresas ou de capital estrangeiro na assistência à saúde no caso de serviços de saúde mantidos, sem finalidade lucrativa, por empresas, para atendimento de seus empregados e dependentes, sem qualquer ônus para a seguridade social.

55. Considerando o disposto na Lei nº 8.080/1990, que trata das condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como da organização e funcionamento dos serviços de saúde, assinale a alternativa correta acerca do direito ao acompanhamento das mulheres nesses serviços:

- a) Em consultas, exames e procedimentos realizados em unidades de saúde públicas ou privadas, toda mulher tem o direito de fazer-se acompanhar por pessoa maior de idade, durante todo o período do atendimento, independentemente de notificação prévia.
- b) O acompanhante será de livre indicação da paciente ou, nos casos em que ela esteja impossibilitada de manifestar sua vontade, de um profissional de saúde, e estará obrigado a preservar o sigilo das informações de saúde de que tiver conhecimento em razão do acompanhamento.
- c) No caso de atendimento que envolva qualquer tipo de sedação ou rebaixamento do nível de consciência, caso a paciente não indique acompanhante, a unidade de saúde responsável pelo atendimento indicará pessoa para acompanhá-la, preferencialmente familiar do sexo feminino, sem custo adicional para a paciente.
- d) A Em caso de atendimento com sedação, a eventual renúncia da paciente ao direito previsto neste artigo deverá ser feita por escrito, após o esclarecimento dos seus direitos, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, assinada por ela e arquivada em seu prontuário.
- e) No caso de atendimento realizado em centro cirúrgico ou unidade de terapia intensiva com restrições relacionadas à segurança ou à saúde dos pacientes, devidamente justificadas pelo corpo clínico, somente será admitido acompanhante que seja profissional de saúde do sexo feminino.

56. De acordo com o que dispõe a Lei 8.080/90, assinale a alternativa correta:

- a) Entende-se por vigilância sanitária um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos.
- b) Entende-se por saúde do trabalhador, para fins desta lei, um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de vida.
- c) A. As diferentes instâncias gestoras do Sistema Único de Saúde (SUS) ficam obrigadas a disponibilizar nas respectivas páginas eletrônicas na internet os estoques de medicamentos das farmácias públicas que estiverem sob sua gestão, com atualização quinzenal, de forma acessível ao cidadão comum
- d) Em tempo de guerra e havendo interesse recíproco, os serviços de saúde das Forças Armadas poderão integrar-se ao Sistema Único de Saúde (SUS), conforme se dispuser em convênio que, para esse fim, for firmado.
- e) Os serviços de saúde dos hospitais universitários e de ensino integram-se ao Sistema Único de Saúde (SUS), mediante contrato, preservada a sua autonomia administrativa, em relação ao patrimônio, aos recursos humanos e financeiros, ensino, pesquisa e extensão nos limites conferidos pelas instituições a que estejam vinculados.

57. A Portaria nº 2.436/2017 aprova a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), estabelecendo a revisão das diretrizes para a organização da Atenção Básica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Com base nesse normativo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Como forma de garantir a coordenação do cuidado, ampliando o acesso e resolutividade das equipes que atuam na Atenção Básica, recomenda-se população adscrita por equipe de Atenção Básica (eAB) e de Saúde da Família (eSF) de 2.000 a 3.500 pessoas, localizada dentro do seu território, garantindo os princípios e diretrizes da Atenção Básica.
- b) Fica estipulado para cálculo do teto máximo de equipes de Atenção Básica (eAB) e de Saúde da Família (eSF), com ou sem os profissionais de saúde bucal, pelas quais o Município e o Distrito Federal poderão fazer jus ao recebimento de recursos financeiros específicos, conforme a seguinte fórmula: População/3.000.
- c) Recomenda-se que as Unidades Básicas de Saúde tenham seu funcionamento com carga horária mínima de 44 horas/semanais, no mínimo 5 (cinco) dias da semana e nos 12 meses do ano, possibilitando acesso facilitado à população.
- d) Em áreas de grande dispersão territorial, áreas de risco e vulnerabilidade social, recomenda-se a cobertura de 100% da população com número máximo de 750 famílias por ACS.
- e) A Política Nacional de Atenção Básica considera os termos Atenção Básica - AB e Atenção Primária à Saúde - APS, nas atuais concepções, como termos distintos, de forma organizar o documento de maneira didática.

SAÚDE

Thaysa Vianna

58. Com base nas diretrizes do SUS sobre os processos educativos em saúde, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A educação permanente em saúde restringe-se a cursos formais oferecidos apenas em instituições de ensino superior, sendo pouco aplicada no cotidiano dos serviços.
- b) A educação popular em saúde parte do princípio de que os profissionais de saúde são os únicos detentores do saber, cabendo à população apenas absorvê-los.
- c) A educação permanente em saúde é voltada exclusivamente à formação inicial dos trabalhadores e não se estende ao ambiente de trabalho.
- d) A educação popular em saúde desconsidera os saberes populares, priorizando o conhecimento técnico-científico como única fonte válida.
- e) A educação permanente em saúde é uma política que orienta processos educativos contínuos nos diversos arranjos do SUS, enquanto a educação popular valoriza a troca de saberes entre diferentes sujeitos.

59. Com relação às práticas de atenção à saúde desenvolvidas por equipes multiprofissionais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Na prática multidisciplinar, os profissionais de saúde atuam de forma integrada, construindo coletivamente os planos de cuidado e promovendo a troca de saberes entre as disciplinas.
- b) A atuação interdisciplinar é caracterizada pela sobreposição de ações independentes, onde cada profissional executa seu plano sem articulação com os demais membros da equipe.
- c) A equipe interdisciplinar atua de forma fragmentada, sem que haja um esforço de construção conjunta do cuidado.
- d) A prática multidisciplinar envolve diferentes especialidades que atuam de forma paralela, sem uma articulação efetiva entre seus saberes e ações.
- e) A atuação interdisciplinar visa à independência entre os saberes profissionais, de modo a evitar sobreposição de conhecimentos.

60. Com relação às características dos agentes infecciosos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A virulência é a capacidade de um agente infeccioso de penetrar, se multiplicar e se desenvolver no hospedeiro, ocasionando infecção.
- b) A infectividade refere-se à capacidade do agente de induzir resposta imunológica duradoura no hospedeiro.
- c) A imunogenicidade representa a habilidade do agente em causar sinais e sintomas de doença após a infecção.
- d) A patogenicidade está relacionada à gravidade da doença causada pelo agente, incluindo efeitos fatais e produção de toxinas.
- e) A imunogenicidade é a capacidade de um agente de induzir imunidade no hospedeiro após a infecção, podendo variar entre agentes.

61. Com base nos conceitos de educação continuada e educação permanente em saúde, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A educação continuada está ligada à formação pós-graduada, possui duração definida e adota, geralmente, metodologias tradicionais de ensino.
- b) A educação permanente baseia-se na problematização do processo de trabalho em saúde, com foco na transformação das práticas profissionais e da organização do trabalho.
- c) A educação continuada consiste em um processo de aquisição sequencial e acumulativa de conhecimentos técnicos e científicos, podendo ocorrer tanto em ambientes institucionais como fora deles.
- d) A educação permanente ocorre predominantemente em instituições de ensino, fora do contexto de trabalho, com foco na atualização teórica dos profissionais de saúde.
- e) A educação permanente estimula a reflexão crítica sobre a prática profissional, tendo o local de trabalho como cenário principal de aprendizagem e transformação.

SAÚDE

Guilherme Gasparini

62. Com base na Política Nacional de Controle do Câncer instituída pela Lei 14.758, de 19 de dezembro de 2023 e a Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012 que dispõe sobre o primeiro tratamento de paciente com neoplasia maligna comprovada e estabelece prazo para seu início, preencha a lacuna abaixo e assinale a alternativa correta:

“Nos casos em que a principal hipótese diagnóstica seja a de neoplasia maligna, os exames necessários à elucidação devem ser realizados no prazo máximo de _____ dias, mediante solicitação fundamentada do médico responsável. Caso seja confirmado o diagnóstico, o paciente com neoplasia maligna tem direito de se submeter ao primeiro tratamento no SUS no prazo de até _____ dias, contados a partir do dia em que for firmado o diagnóstico em laudo patológico”.

- a) 60; 30.
- b) 30; 30.
- c) 10; 10.
- d) 15; 30.
- e) 30; 60.

63. Segundo a Lei nº 14.758/2023 que institui a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer no âmbito do Sistema Único de Saúde, um dos objetivos é:

- a) Organizar as redes de atenção de forma centralizada e regionalizadas e descentralizadas, com respeito a critérios de acesso, escala e escopo, considerados os protocolos e as diretrizes do SUS.
- b) Organizar ações e serviços destinados ao cuidado das pessoas com câncer na rede de atenção à saúde do SUS, com base em parâmetros e critérios de necessidade e em diretrizes baseadas em evidências científicas, com exceção dos cuidados paliativos.
- c) Atendimento multiprofissional a todos os usuários com câncer, com oferta de cuidado compatível a cada nível de atenção e evolução da doença.
- d) Reconhecer o câncer como doença crônica passível de prevenção, tratável, controlável, porém incurável.
- e) Humanização do atendimento e garantia de apoio psicológico e psiquiátrico apenas aos pacientes diagnosticados com câncer.

VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Sônia Dourado

64. De acordo com a Lei nº 9.782/1999, NÃO compete à ANVISA:

- a) Coordenar o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.
- b) Conceder registros de produtos, segundo as normas de sua área de atuação.
- c) Definir o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.
- d) Interditar, como medida de vigilância sanitária, os locais de fabricação, importação, armazenamento e venda de produtos.
- e) Conceder e cancelar o certificado de cumprimento de boas práticas de fabricação.

65. Em relação à classificação das infrações sanitárias conforme a legislação vigente, assinale a alternativa correta:

- a) Quando uma infração é cometida com dolo e intenção clara de causar dano, ela será sempre gravíssima.
- b) A reincidência transforma automaticamente uma infração leve em gravíssima.
- c) A existência de uma única agravante caracteriza a infração como grave.
- d) A ausência de atenuantes e agravantes torna a infração gravíssima por padrão.
- e) A infração leve é aplicada apenas quando não há impacto à saúde pública.

VIGILÂNCIA AMBIENTAL

André Rocha

66. Quando se fala em Vigilância Ambiental em Saúde (VAS) ou Vigilância em Saúde Ambiental (VSA) refere-se a um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento e a detecção de mudanças nos fatores determinantes e condicionantes do meio ambiente que interferem na saúde humana. Dessa maneira, a vigilância em saúde ambiental visa a identificar as medidas de prevenção e controle dos fatores de risco ambientais relacionados às doenças ou a outros agravos à saúde.

No Brasil, a Vigilância que atua na prevenção dos riscos passíveis à saúde humana pelas radiações eletromagnéticas é a

- a) Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Vigiagua).
- b) Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Poluentes Atmosféricos (Vigiar).
- c) Vigilância em Saúde das Populações Expostas a Contaminantes e Substâncias Químicas (Vigipeq).
- d) Vigilância em Saúde Ambiental relacionada a Fatores Físicos (Vigifis).
- e) Vigilância em Saúde dos Riscos Associados aos Desastres (Vigidesastres).

67. A Vigilância em Saúde Ambiental (VSA) é coordenada pelo Ministério da Saúde e pode ser definida como um conjunto de ações voltadas para identificar e monitorar mudanças nos fatores ambientais que afetam a saúde humana. As alternativas abaixo são ações voltadas ao saneamento básico, exceto:

- a) Abastecimento de água.
- b) Esgotamento sanitário.
- c) Prevenção de surtos de doenças alimentares
- d) Drenagem urbana.
- e) Manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana.

CONTROLE DE QUALIDADE EM LABORATÓRIO

Ana Cristina Dos Santos Lopes

68. A Resolução nº 786/2023 estabelece requisitos técnico-sanitários para o funcionamento de Laboratórios Clínicos, incluindo as diretrizes para a Gestão do Controle da Qualidade (GCQ). Sobre as disposições desta resolução relacionadas ao Controle Externo da Qualidade (CEQ), assinale a afirmativa **CORRETA**:

- a) O CEQ é um procedimento conduzido em associação com o exame de material biológico para avaliar a precisão do sistema analítico.
 - b) Para os exames não contemplados em Programas de CEQ, o Serviço que executa EAC não precisa adotar formas alternativas de avaliação, pois a ausência de programa dispensa a verificação.
 - c) A participação em programas de CEQ deve ser individual para cada Serviço que executa EAC e para todos os instrumentos em uso.
 - d) O Serviço que executa EAC deve realizar o CEQ para todos os analitos executados, contemplando a liberação ou rejeição das análises após avaliação dos resultados das amostras controle.
 - e) É permitido a qualquer Serviço que executa EAC a doação de material biológico para Provedor de Ensaio de Proficiência, desde que com consentimento do paciente.
-

Discursiva 1

Texto I

Criado pela Constituição Federal de 1988, o Sistema Único de Saúde (SUS) representa uma conquista histórica da sociedade brasileira ao reconhecer a saúde como um direito de todos e dever do Estado. No entanto, mais de três décadas depois, a promessa de universalidade, integralidade e equidade ainda convive com entraves estruturais. A escassez de profissionais em áreas remotas, a fragmentação da gestão federativa, o subfinanciamento crônico e as desigualdades regionais comprometem o alcance efetivo desse modelo. Ainda assim, o SUS permanece como principal pilar da atenção à saúde de mais de 70% da população brasileira e símbolo da luta por justiça social.

(Adaptado de: GIOVANELLA, L. et al. "Desafios para o SUS: universalidade, integralidade e equidade". Cadernos de Saúde Pública, 2021.)

Texto II

Durante a pandemia de Covid-19, o SUS se tornou, simultaneamente, um campo de batalha e uma vitrine. A despeito das adversidades históricas, foi por meio de sua estrutura capilarizada — com agentes comunitários, unidades básicas e hospitais públicos — que se operacionalizaram campanhas de testagem, vacinação em massa e internações em larga escala. Paradoxalmente, enquanto se reafirmava sua importância estratégica, o sistema enfrentava cortes orçamentários e ataques políticos. A crise sanitária revelou não apenas a relevância do SUS, mas também as fragilidades de um modelo que insiste em sobreviver apesar do desinvestimento deliberado.

(Adaptado de: LIMA, N. T. "O SUS na pandemia: resistência e exaustão". Revista FGV Saúde, 2022.)

Texto III

A saúde não pode ser compreendida apenas como ausência de doença. Trata-se de uma construção social, influenciada por fatores econômicos, ambientais, educacionais e culturais. Nesse sentido, o SUS, ao propor um cuidado em saúde que considera o território, a promoção da cidadania e a participação social, tensiona modelos hegemônicos centrados na lógica do mercado. A disputa entre a saúde como bem público e a saúde como mercadoria está no cerne do debate sobre os rumos do sistema. Defender o SUS é, portanto, defender um projeto de país comprometido com a equidade, a solidariedade e a dignidade humana.

(Adaptado de: CAMPOS, G. W. S. "SUS: uma reforma democrática da saúde". Editora Hucitec, 2020.)

Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, escreva um texto dissertativo-argumentativo, em norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema: **Os desafios da consolidação do SUS como instrumento de equidade na saúde pública brasileira.**

Folha de Resposta

| | |
|----|--|
| 01 | |
| 02 | |
| 03 | |
| 04 | |
| 05 | |
| 06 | |
| 07 | |
| 08 | |
| 09 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |

Discursiva 2

Você já reparou como a ansiedade se tornou uma presença constante no vocabulário cotidiano? Não é raro ouvir alguém dizer que está “com crise de ansiedade” diante de tarefas simples, ou ver jovens sobrecarregados pelo futuro antes mesmo de viverem o presente. Para muitos, trata-se de um mal invisível, silencioso, mas profundamente corrosivo. No entanto, será mesmo que estamos mais frágeis? A ansiedade, nessa perspectiva, não seria apenas uma disfunção clínica, mas um sintoma social do nosso tempo? Seria justo, então, responsabilizar os indivíduos por um sofrimento que talvez seja estrutural?

Com base no texto acima, produza um texto dissertativo-argumentativo, em que expresse sua opinião sobre as causas da epidemia de ansiedade na contemporaneidade, explorando diferentes perspectivas que ajudem a compreender a complexidade do problema.

Folha de Resposta

| | |
|----|--|
| 01 | |
| 02 | |
| 03 | |
| 04 | |
| 05 | |
| 06 | |
| 07 | |
| 08 | |
| 09 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
